

HISTÓRIA DE NEGROS NO BAIXO AMAZONAS: BOM JARDIM, ESTUDO DE CASO DE UMA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM BUSCA DA SUA IDENTIDADE (1996-2006)

*Cláudia Laurido Figueira**

Resumo: O propósito do estudo foi analisar a trajetória de lideranças de Bom Jardim, comunidade negra que na década de 1990 se auto-identificou quilombola. Através da história oral foram entrevistados lideranças e moradores antigos. As entrevistas seguiram um roteiro aberto considerando três eixos: histórias contadas pelos antigos, gênese do movimento quilombola e o significado de quilombo e quilombola. Tendo em vista os discursos dos entrevistados foram discutidos os conceitos de memória, identidade, poder e quilombo.

Palavras-chave: Quilombo, memória, identidade, poder.

THE HISTORY OF THE NEGROES IN THE LOW AMAZON REGION: BOM JARDIM, CASE STUDY OF A QUILOMBOLA COMMUNITY IN SEARCH OF THEIR OWN IDENTITY (1996-2006)

Abstract: The purpose of this study, apart from others, was the practice of the building process of the historic knowledge on the generating theme – “Quilombo”. Through oral history, following an open interview outline considering three axis: histories told by ancient dwellers, genesis of the Quilombola movement and the significance of Quilombo. Ancient dwellers and leaders from the community of Bom Jardim were interviewed. From the analysis of the speech of the interviewees the concept of quilombo, memory, identity and power will be discussed.

Keywords: Quilombo, memory, identity, power.

Introdução

Discutir as histórias dos descendentes de escravizados em Santarém do Pará requer uma análise do movimento de quilombo que emergiu nas últimas décadas do século XX. Assim, comunidades como Arapemã, Saracura (Várzea), Bom Jardim, Murumuru e Murumurutuba trazem para o cenário social temas vinculados a discussão do direito a terra, como: identidade, quilombo e poder.

Nesse processo de luta, comunidades negras se auto-determinaram quilombolas. Buscaram na memória as histórias contadas pelos antigos e re-significaram o tempo da escravidão traduzido em argumentos que justificam a condição de quilombolas hoje.

Para compreender esse processo de articulação dessas comunidades em torno do movimento de quilombo, é preciso buscar sua gênese e os motivos que justificam esse movimento na década de 90. Assim, faz-se necessário ouvir as lideranças quilombolas para compreender a lógica do movimento e como foi articulado e percebido pelos moradores de Bom Jardim.

Pensar sobre questões do presente possibilita analisar o passado da Amazônia que por volta do século XVIII modificou-se com a presença de africanos escravizados. Segundo Gomes *“durante algum tempo, a historiografia nacional não considerou a presença do negro na Amazônia”* (2005, p. 44), salvo a produção regional que aborda com propriedade as experiências dos negros no Pará, como é o caso de Rosa Acevedo, dentre outros. Essas pesquisas se concentram mais na Região Oeste do Estado e poucos são os estudos que abordam a inserção do negro no Baixo Amazonas, salvo os trabalhos de Eurípedes Funes e Assunção Pureza.

Neste sentido, este estudo tem o propósito de discutir a trajetória de lideranças do quilombo Bom Jardim, no período de 1996 a 2006. Assim, a análise desse estudo requer uma discussão a partir de um tema gerador – Quilombo, relacionando-o as categorias – poder, identidade e memória.

Tomando por base questões do presente, como orienta Bloch (2001), projetou-se uma pesquisa em Bom Jardim, comunidade rural inserida no processo de quilombo.

Desse modo, o estudo do movimento de quilombo em Santarém baseou-se na metodologia da história oral. A seleção dos entrevistados seguiu o critério de escolha das pessoas mais envolvidas na comunidade como lideranças, professores, catequistas, parteiras e antigos moradores. Todas as entrevistas foram realizadas em Bom Jardim e seguiram três eixos temáticos: história contada pelos antigos; a gênese do movimento quilombola; o significado de quilombo e quilombola.

Assim, no primeiro momento serão analisadas as lembranças das histórias passadas, interpretadas pelos descendentes hoje e como estas são articuladas ao movimento de quilombo. Em seguida, será abordada a trajetória das lideranças no processo de articulação do movimento quilombola em Bom Jardim. Na última parte do trabalho, será debatido o sentido de quilombo e quilombola hoje.

Memórias re-significadas: “a gente conta o que avós contavam”

A história de descendentes de escravizados em Santarém do Pará ainda não é estudada exaustivamente, embora se destaquem os trabalhos de Eurípedes Funes e Assunção Pureza que escrevem especificamente sobre comunidades de remanescentes de quilombo em Santarém. Segundo Mattos, *“muito se produziu sobre o ‘negro no Brasil’, especialmente desde a década de 1930, mas pouco sobre os últimos escravos e as experiências da escravidão e da libertação”* (2005, p. 30).

Nessa perspectiva, se faz necessário o estudo das comunidades negras rurais que romperam o silêncio quando se auto-determinaram quilombolas e questionaram versões históricas até então contadas em instituições de ensino.

Assim, as histórias dos descendentes de escravizados do município de Santarém no Pará estão na memória dos antigos moradores das comunidades

negras¹ que sentiram a necessidade de contá-las a partir de uma perspectiva política. Desse modo, os fragmentos de lembranças são fios condutores que interligam o passado ao presente e embasam as lutas cotidianas em Bom Jardim que na década de 1996 e 2006 iniciou a luta pelo direito a terra. Essas lembranças são relevantes para pensar o movimento de quilombagem hoje e perceber até que ponto essas histórias passadas de geração em geração estão presentes no discurso das lideranças quilombolas. De acordo com Le Goff,

a memória coletiva é não somente um conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p. 476).

A história de Bom Jardim, em parte, está relacionada à memória da escravidão lembrada pelos descendentes dos antigos escravizados que hoje vivem na comunidade. É relevante analisar os discursos das lideranças e moradores antigos para compreender e explicar como essas lembranças são re-significadas e vinculadas à concepção de quilombo hoje. Acredita-se que *“os relatos orais dão ensejo a percepções de como um modo de entender o passado é construído e interligado à vida de uma pessoa”* (CRUIKSHANK, 2005, p. 156).

Desse modo, procura-se buscar as versões das lideranças, no sentido de “construir evidências” sobre o processo de auto-reconhecimento da comunidade de Bom Jardim em Quilombo para compreender a lógica desse processo de identificação. No entanto, vale ressaltar que a memória é seletiva e modifica-se segundo as circunstâncias e a posição do sujeito na sociedade, portanto, apresenta limites como é compreendido por dona Joana ao dizer que *“a história bem dita mesmo dos mais velhos, elas não são bem contadas, a gente conta o que os avós contavam”*².

Assim, as histórias “que os avós contavam” estão relacionadas a existência de senhor e escravo em Bom Jardim, embora as histórias dos mais velhos não sejam “bem contadas”. Os “relampejos” dessa memória possibilitam um olhar ao passado para buscar o sentido da luta pelo direito à terra. Ao pensar o passado se apóiam às lembranças, transformando-as em argumentos que justificam sua identidade, reconhecendo-se como descendentes. Portanto,

Entende-se que a memória recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade, e opõe-se à história como campo de produção de conhecimento, espaço de problematização e de crítica (PINTO, 1981, p. 209).

Embora não haja resquício da casa grande e da senzala, os moradores de

Bom Jardim procuram na memória vestígios desse passado nas lembranças esfaceladas. Os cacaeiros materializam as histórias contadas, pois são evidências da existência da escravidão, como sugere dona Isabel:

De primeiro, a gente achava muito as telhas da casa do senhor de escravo, mas agora vem o charco, o gapó, vem chegando, vem chegando, aí não dá mais pra gente vê. O quê a gente vê ainda é só esses pé de cacoeiro, tudo ainda era prantação, isso já são muito antigos esses cacueiros (SANTOS, Maria Joana, 2009).

Segundo Funes *“somente em meados do século XVIII, o Baixo Amazonas conheceu os primeiros sinais de ‘prosperidade’, tendo na lavoura cacaeira a sua principal atividade econômica, ao lado do extrativismo”* (1995, p. 35). Assim, uma das atividades econômicas desenvolvidas por proprietários de terras em Santarém era o cultivo do cacau. A imagem do cacaeiro é recorrente nos discursos dos entrevistados, logo, é testemunho da existência da escravidão. Mas a presença do cacaeiro não diminui as lembranças fragmentadas dos moradores. A palavra dita pelos mais velhos, embora não seja contada como antes, é compreendida como “verdade”, conforme sugere o discurso abaixo, *“porque o pessoal do Incra vieram, andaram e acharam, um pilão que era dos escravos. Então foi aprovado porque muita coisa que diziam que não tinha e que não era terra dos negros, mas o meu avô, pai dele falava que tinha escravo aqui”¹³*.

Assim, na compreensão de dona Joana, o fundamento que identifica Bom Jardim como “terra dos negros”, não está apenas relacionado ao pilão, ao forno encontrado por antropólogos na ocasião da visita técnica à comunidade. As histórias dos antepassados “comprovam” que Bom Jardim é “terra dos negros”.

Compreende-se que os moradores sentiram necessidade de relembrar o passado, transformando-o em estratégia de luta. Assim, Bom Jardim constituiu-se em “terra de herança”, doada aos escravizados em 1875. Deusarina, professora da comunidade, ratificou que *“a terra foi doada pelo senhor Joaquim, que a mulher dele falou que quando ela morresse era pra ele doar a terra pro escravos deles”¹⁴*.

A experiência dos moradores de Bom Jardim é semelhante a história do quilombo de Abacatal, comunidade negra que tem sua luta marcada pela idéia de “terra de herança”. Rosa Acevedo e Edna Castro analisaram diversos documentos escritos e orais sobre Abacatal e compreenderam que:

O grupo étnico retira da terra não somente a produção necessária para seu sustento, mas também as histórias referentes à ocupação singular de território. Por isso, sua permanência ali por várias gerações muitas vezes contraria a lógica da propriedade privada e sustenta-se na idéia de herança, herdeiros, direitos e usos em comum de recursos e da própria terra (ACEVEDO, CASTRO, 2004, p. 38).

É interessante analisar que a mobilidade dos escravizados em tempos anteriores era constante nessa região da Amazônia. Autores como FUNES (1995) e GOMES (2005) concordam, que havia uma rede de solidariedade entre estes. Essa mobilização possibilitou o encontro dos quilombolas. Por isso, é possível perceber essa mobilidade de escravizados de outras regiões chegando ao Bom Jardim, através do relato de Dona Isabel: *“A família da minha mãe, a avó da minha mãe ela foi escrava. A minha avó, mãe da minha mãe, ela nasceu numa senzala, não foi aqui realmente, mas foi no Pacoval, de lá que eles vieram pra cá, não sei se vieram fugido ou se foi liberto”*⁶⁵.

Os fragmentos dessa memória dos moradores de Bom Jardim ganharam significado político no contexto do movimento quilombola na década de 80 e 90. Histórias passadas de geração em geração que pareciam não ter importância, possibilitaram em certa medida uma ligação entre o passado e o presente. Relembrar as histórias dos antepassados tornou-se uma necessidade para repensar a identidade dos moradores de Bom Jardim, assim como também para dar fundamento ao movimento em direção à titulação da terra.

O Movimento quilombola em Bom Jardim: “hoje, se Deus o livre parasse esse movimento pra voltar como era antes, nós era ninguém, nós era apenas moradores”

O movimento quilombola em Santarém do Pará emerge, principalmente com a articulação de lideranças do movimento negro urbano, as quais participaram dos sete Encontros de Raízes Negras no Baixo Amazonas em meados das décadas de 80 e 90. Inicialmente, os encontros eram realizados de ano em ano e após 1995 passou a ocorrer a cada dois anos.

O primeiro encontro das comunidades de remanescentes de quilombo aconteceu no ano de 1988. Dele participaram lideranças de Alenquer, Óbidos e Orixiná. A história dessas cidades foi marcada no passado por lutas e fugas de escravos que formavam quilombos em toda a extensão do Baixo Amazonas. Assim,

Havia, como vimos, quilombolas e/ou mocambos de negros em quase todas as áreas da Amazônia colonial, alcançando as capitanias do Grão-Pará e do Rio Negro. A área de Santarém (Trombetas, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre) com os mocambos formados nos rios Curuá e Cuminá (GOMES, 2005, p. 59).

Os Encontros de Raízes Negras do Baixo Amazonas foram fundamentais para o processo de articulação das comunidades do Oeste do Pará. A partir daí criaram em 1989 a Associação das comunidades Remanescente de Quilombos de Oriximiná (ARQMO) e a Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Baixo Amazonas, no ano de 1997.

Assim, uma rede de solidariedade foi estabelecida entre as comunidades

de Alenquer, Óbidos, Oriximiná e Trombetas. Os encontros de Raízes Negras constituíram um espaço significativo e permitiram que essas comunidades repensassem o passado e discutissem problemas comuns, como a questão da terra, da saúde, da educação, dentre outros. Essa rede de cooperação entre quilombolas não é característico desse momento histórico, pois durante as primeiras formações de quilombos na Amazônia, já *“havia uma extensa rede de comunicação e cooperação entre quilombolas, escravos, libertos, vendedores, regatões e etc”* (GOMES, 2005, p. 51). Embora, as autoridades perseguissem e destruíssem quilombos no passado, a persistência destes foi possível porque não constituíram comunidades fechadas, dialogavam o tempo todo com outros seguimentos da sociedade colonial.

É relevante analisar as estratégias organizadas pelas comunidades de remanescentes de quilombo do Oeste do Pará, pois a primeira que recebeu título de terra coletiva nessa região foi Boa Vista⁶, localizada no rio Trombetas. Esse fato foi significativo no sentido de fortalecer a luta de outras comunidades, as quais perceberam que através da organização seria possível a titulação das terras, dentre outros direitos.

Dessa forma as lideranças das comunidades de remanescentes de quilombo se apoiavam no artigo 68⁷ da Constituição Federal que institui o direito à titulação da terra de remanescente de quilombo, no qual cabe ao Estado emití-la. No entanto, esse processo não é tão simples, por isso, foram criadas as associações de quilombos para viabilizar e acompanhar o processo de titulação junto aos órgãos do governo.

Então foi a partir do envolvimento das lideranças do movimento negro de Santarém nos Encontros de Raízes Negras que a articulação das comunidades rurais como Arapemã, Saracura, Bom Jardim, Murumuru e Murumurutuba foi possível, como destaca Vasconcelos:

Foi o movimento urbano que puxou pras comunidades de Santarém, através do movimento Raízes Negras que passou a ter todo ano pra discutir a questão do direito a educação do negro, da territorialidade de terrenos. Daí a gente passou a estudar no congresso, a gente faz estudos, debates envolvendo o governo. Daí a gente foi aprendendo e fomos criando gosto⁸.

As discussões realizadas nos Encontros de Raízes Negras e o contato das lideranças quilombolas de Trombetas, Óbidos e Alenquer possibilitaram um aprendizado significativo às lideranças de Santarém que, apoiadas nessa experiência, articularam as comunidades Saracura, Arapemã, Bom Jardim, Murumuru, Murumurutuba e Tinguá. E vários fatores justificaram o trabalho dessas lideranças, como ressalta Vasconcelos: *“de 88 com a Constituição isso foi criando mais força. Em 95 com a carta de Trombetas que questionou a hidrelétrica do rio Trombetas e Boa Vista, a primeira comunidade a receber o título definitivo na região”⁹*.

O contato de Vasconcelos e as lideranças das comunidades rurais não foi fácil. Visitas foram realizadas no sentido de sensibilizar os moradores a se reconhecerem como negros e descendentes de escravizados. Repensar a própria identidade foi um processo tenso, pois era preciso re-significar a imagem do negro e da escravidão. Pode-se compreender a partir da análise de Foucault (2008, p. 30) *“a construção de novos enunciados”*, assim, foi preciso construir um discurso sobre o negro e a escravidão de forma que justificasse a luta quilombola.

Desse modo, a articulação das lideranças em Bom Jardim se deu nos encontros e estudos organizados pelo movimento negro urbano. Assim, antes de criar as instituições quilombolas foi preciso que os moradores de Bom Jardim se reconhecessem como negros e descendentes de escravizados, visto que, não era possível levar a comunidade à luta por seus direitos, caso não auto-determinasse, como comenta Vasconcelos: *“porque eu não posso chegar à comunidade e só ver que eles são negros, então eles próprios que vão ter que definir”*. Esse momento de articulação em Bom Jardim é lembrado por Dileudo Guimarães:

E aí um tempo, 80, 90, 96 por aí apareceu um senhor por nome Elias aqui na comunidade. Foi ele que começou a articular as comunidades com a relação dos direitos da Constituição né, e do direito que dava as comunidades quilombolas de titular suas terras. E aí ele começou e eu também comecei a participar com ele nesses encontros. Em 96 nós fomos pra Belém, representantes de seis comunidades quilombolas, foi do Tinguá, Murumuru, Murumurutuba, Bom Jardim, Arapemã e Saracura, já articulados pelo Elias. Era um encontro de Raízes Negras¹⁰.

A estratégia, forjada pelo movimento negro de articular as comunidades, se fortaleceu quando as lideranças das comunidades participaram do Encontro de Raízes Negras em Belém. Ao retornarem às bases, reuniram os comunitários para explicar sobre o processo de titulação da terra. Essa nova fase foi conflituosa, como comenta Dileudo:

Na volta eu reunir aqui na comunidade, mas o pouco conhecimento, não soube muito bem explicar pro pessoal, aí, eu também fui muito mais direto ao dizer: Olha esse pessoal não são quilombolas e a lei diz que tem que sair né, (risos) aí com isso, algumas famílias não quilombolas achavam ruim, aí começaram a articular também o povo que não entendeu e vieram contra mim. Eu parei né, me quietei¹¹.

É interessante analisar a percepção dos moradores sobre a discussão do direito à terra. A idéia de se auto-determinar quilombola trazia incomodo frente aos outros moradores e a incerteza do processo, como comenta dona Isabel:

A gente pensava, o quê será que vem pra gente, né. Porque de repente surgiu assim, a gente fica meio com receio. Será que vem coisa boa ou coisa ruim. Será que vem problema para resolver na comunidade, a gente fica pensando. Eu pelo menos fiquei pensando assim¹².

Analisando os discursos dos entrevistados, percebe-se que inicialmente houve confusão quando as lideranças reuniram os comunitários para sensibilizá-los e organizá-los em torno da idéia de quilombo. Isso se deu porque em Bom Jardim a maior parte da terra pertence aos fazendeiros que não aceitaram a novidade. Os conflitos se estabeleceram, principalmente quando a comunidade decidiu se auto-reconhecer quilombola. Não era uma decisão simples, havia o medo de ameaças de morte ou perseguições, por isso, lideranças recuaram como lembra Deusarina:

Quando eles chegaram de lá, reuniram o povo, né pra fazer o repasse que já era a documentação sobre terra. Mas aí muitos não quiseram, não aceitaram na comunidade. E aí vem as notícias dos acontecimentos: Há porque vai acontecer isso, vão até matar a gente, tu Dileudo tá correndo risco, tá querendo tomar terra dos outros, né e aí com isso eu acho que muito calou eles, o Dileudo mesmo assim parou um pouco¹³.

Esse momento de recuo foi quebrado com o 8º Encontro das Raízes Negras ocorrido na comunidade de Saracura, em 1999, previsto no 7º Encontro realizado em Oriximiná no ano anterior. Assim, após a articulação das comunidades de Alenquer, Óbidos e Oriximiná, o movimento desce em direção à Santarém. Representantes das cidades citadas organizaram suas caravanas em direção à Saracura, como informa Vasconcelos:

no quilombo de Saracura participaram o pessoal de Oriximiná, de Óbidos, de Alenquer, as caravanas vieram de barcos. E participaram também nas discussões, então os congressos, os debates são abertos e todo mundo coloca suas idéias, coloca aquilo que já trouxe, trabalhando e o que a gente planeja pra frente, qual seria a próxima fase, agora trabalhar educação, trabalhar transporte, trabalhar qualidade de vida, moradia, o que nós vamos discutir¹⁴.

O tema do 8º Encontro foi “Da mãe-África à Mãe-Amazônia: Nossa terra, nossa gente, nossa luta”. As discussões seguiram uma cartilha que debatia cinco temáticas: Histórico dos encontros das “Raízes Negras”; Terras coletivas quilombolas em áreas de várzeas; Raça e gênero na luta dos quilombolas; Desenvolvimento sustentável: uma alternativa em áreas quilombolas e Educação como alternativa para a comunidade quilombola. Várias entidades participaram da organização desse encontro dentre as quais estavam CEFT-

BAM, PSA, CPT, CPI, ATAS, Z-20, IARA, Pastorais Sociais, OAMT-BAM, MOCAN. Assim, as instituições quilombolas – ARQUOMO, ARQMOB, ACOMQUIPAL, MCCN, articuladas as instituições acima citadas promoveram o encontro considerado um marco do movimento de articulação das comunidades negras em Santarém. A partir desse encontro, Bom Jardim, Mururumu, Murumurutuba se aliaram a Saracura e Arapemã no sentido de organizarem o movimento quilombola em Santarém. Segundo Dileudo Saracura e Arapemã, foram os primeiros que abraçaram a luta quilombola.

Diante desse novo acontecimento, a comunidade de Bom Jardim alia-se a Saracura e Arapemã e entram na luta pela titulação das terras. Isso mostra o quanto à atuação da Comissão de Articulação das Comunidades Remanescente de Quilombos do Baixo Amazonas teve um peso político considerável e uma presença marcante nesse processo de decisão das comunidades negras em Santarém, como bem lembra Deusarina:

Aí depois de uns três ou quatro anos teve um Congresso aqui na Saracura e aí o Aldo veio e convidou, mas a gente, nem pensava a importância. Uma semana depois apareceu uma senhora de Brasília que tava no Congresso, aí ela falou bem assim: Teve um Congresso aqui no nariz de vocês e não foi ninguém. [...] aí esse meu tio chamou o Dileudo e disse, não Dileudo, nós não pode ficar de fora¹⁵.

Tendo vista os vários fatores já mencionados, o Congresso em Saracura possibilitou que moradores de Bom Jardim repensassem sua posição diante do movimento, por isso “não podiam ficar de fora”. E dessa forma iniciou-se a mobilização da comunidade através de reuniões e estudos. É expressivo nesse sentido o discurso de Deusarina: *“E veio as cartilhas pra gente lê, como era pra fazer a associação, como reivindicar a documentação. O Dileudo ficou participando do encontro e a minha parte foi aqui na comunidade”*.

Ao compreenderem o sentido da luta as lideranças organizaram reuniões para estudo das cartilhas. O próximo passo seria a criação da associação. A professora Deusarina teve papel fundamental, pois, enquanto Dileudo participava dos encontros em Santarém ou fora da cidade, ela realizava o trabalho de sensibilização na comunidade. Além da professora, outras lideranças também foram importantes nesse momento, como lembra seu Raimundo:

esse Silvano que vinha de Oriximiná começou a apoiar essa luta aqui. Aí veio, reuniu a comunidade e começou a repassar que era benefício de nós receber nossas terras, que o governo tinha se preocupado com essa parte, e ao longo desses anos todos que nós tivemos essa perca aí ele achou por bem contribuir e devolvendo as terras de volta. Aí o pessoal deram pra trás. Aí o Silvano veio e já morava aqui. Aí

deram essas cartilhas e o pessoal se conscientizando, foram vendo que não era bem assim como o pessoal repassava e a luta foi fortificando¹⁶.

Silvano, liderança de Oriximiná fazia parte da Comissão de Articulação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Baixo Amazonas. Sua presença em Bom Jardim foi importante para o processo de auto-reconhecimento e adesão à luta quilombola pelos moradores. Percebe-se todo um movimento de solidariedade entre as comunidades do Baixo Amazonas em direção a titulação da terra. A conscientização dos comunitários de Bom Jardim foi se dando aos poucos através das reuniões e estudos das cartilhas.

Os comunitários de Bom Jardim, conscientes da necessidade de organização e auto-determinação, criaram a Associação do Quilombo de Bom Jardim – entidade jurídica que responderia pelos problemas e processo de titulação da comunidade. É interessante a fala de Raimundo Ribeiro ao se referir a esse momento: *“aqui, de primeiro, era presidente de comunidade, aí passou a ser presidente de quilombo aí fomos abraçando a causa devagar”*. Esse processo era irreversível. As mudanças ocorreriam e Bom Jardim deixou de ser apenas uma comunidade e passou a ser percebida como quilombo.

Assim, após a criação da Associação, as lideranças das comunidades quilombolas em Santarém sentiram a necessidade de acompanhar o processo de titulação junto ao INCRA, por isso construíram a Federação e fortaleceram a luta. Dessa forma, a estratégia das lideranças mudava e os moradores de Bom Jardim e de outras comunidades sabiam o significado do movimento como defini o entrevistado:

Aí mudou a estratégia, o Dileudo foi trabalhar em Santarém já apoiando o movimento e criaram a Federação né, aí sim, se fortaleceu de uma vez a coisa, aí nós soubemos realmente o que significava a luta pra nós. Mas essa luta vem de muitos anos¹⁷.

A Federação, instituição forjada no movimento, agregou representantes das seis comunidades – Arapemã, Saracura, Tinguá, Mururu, Murumurutuba, Bom Jardim. Além dessas, outras comunidades também ingressaram na luta, como: Boa Vista, São José, São Raimundo, todas localizadas na região do Ituqui.

A criação da Federação foi noticiada no Jornal Gazeta de Santarém:

A Vereadora Odete Costa (PT) articula a criação da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém, a FOQS. Dia 10 de março, no salão paroquial da igreja de São Raimundo, será realizada assembléia geral para a aprovação do estatuto, eleição e posse do conselho diretor e fiscal da entidade (Jornal Gazeta de Santarém. Santarém, 25 de fevereiro de 2006).

As lideranças compreenderam o sentido político do movimento e tornaram-se um perigo aos fazendeiros que teriam seus limites territoriais modificados diante do processo de titulação. O poder que se estabelecia nas instituições quilombolas produziu um discurso embasado no artigo 68, da Constituição, nas lembranças fragmentadas de um passado de escravidão vivenciado pelos ancestrais dos atuais moradores dessas comunidades. No dizer de Foucault, *“o poder produz coisas, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”* (FOUCAULT, 1979, p.8).

Os quilombolas do século XXI criaram instituições, questionaram as estruturas de poder da sociedade e buscaram em suas “raízes” o sentido político para o movimento quilombola. Ao se auto-determinarem produziram discurso que justificou o sentido de quilombo e quilombola, portanto, re-significaram sua identidade e perceberam a visibilidade que essa nova condição trazia no contexto da sociedade. Assim, seu Raimundo comenta:

Olha, ficar como era antes, sem a gente conhecer os nossos direitos, porque nós tava em cima do que era nosso. Hoje se Deus o livre parasse esse movimento pra voltar como era antes, nós era ninguém, nós era apenas moradores¹⁸.

O movimento quilombola trouxe para os moradores de Bom Jardim uma identidade que emergiu no bojo das articulações, serem identificados somente como moradores, não surtia efeito de poder. Ser quilombola significava, dentre outras coisas, um diferencial que distinguiu o “nós” dos “outros”, numa fronteira marcada pelo passado da escravidão e a idéia de “herdeiros”, defendida pelas lideranças de Bom Jardim nesse processo de luta pela terra. Desse modo, é relevante analisar como a comunidade justificou a identidade quilombola e o significado de quilombo.

A identidade quilombola: “meu pai e minha mãe, todos os dois, filhos de escravos, e aí, posso negar?”

A luta pela titulação da terra em Bom Jardim foi tensa. Era preciso que os moradores assumissem a identidade quilombola. Para isso, tiveram que rever o passado e reconhecer nos antigos escravizados sua descendência.

Assim, percebe-se que o auto-reconhecimento dos comunitários de Bom Jardim está referendado em dois pontos principais: o passado comum – são descendentes de escravizados e a idéia de herança, são herdeiros desses escravizados. Esse processo de identificação está relacionado ao artigo 68 da Constituição como afirma Maria Lucia:

Através da minha avó eu já sabia que eu era negra. Mas a comunidade não se identificou desde o principio né, então através das leis que a gente conhece que dá esse direito pra

gente ter nossas terras e nos reconhecer né, como negro e isso foi mais um caminho né, pra gente se identificar e se reconhecer¹⁹.

Há dois pontos relevantes nesse discurso que explicam o auto-reconhecimento da comunidade: um aspecto que parece está associado aos ancestrais e outro ao conhecimento do direito à titulação da terra. Nesse sentido, são expressivas as observações de Hall sobre identidade:

as identidades são construídas dentro e não fora do discurso e nós precisamos compreendê-las como são produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas (HALL, 2000, p. 109).

É interessante perceber como a identidade quilombola em Bom Jardim é forjada no movimento e o que marca essa identidade é o reconhecimento do vínculo com os antepassados escravizados. Dessa forma, como afirma Funes *“o vinculado a este se sentir descendente está o sentido de liberdade e o direito de ter a posse da terra. Na busca das raízes está a afirmação de sua identidade e de pertença ao território no qual estão fincadas”* (FUNES, 1997?, p. 40).

Esse diferencial é expressivo nos discursos dos entrevistados quando afirmam: *“meu pai e minha mãe, todos os dois, filhos de escravos”, ser quilombola é “ser descendente de escravos”*. As evidências do vínculo com a escravidão vem à tona quando relacionam seus sobrenomes aos dos antigos donos de escravos, como destaca Deusarina: *“A gente até tem documentação, porque antes ninguém sabia. Depois que eu vi esse documento, lá tem né, e a gente tem tudo haver com aquele pessoal é Guimarães, é dos Santos, é Ferreira, é Oliveira, é só assim”*.

Então, percebe-se que os moradores de Bom Jardim olharam sob outra perspectiva o passado e romperam com o preconceito ao admitirem sua negritude e o vínculo com a escravidão. O significado de quilombola para esses moradores está relacionado aos ancestrais – avós e pais – que através das lembranças fragmentadas relembram as histórias contadas pelos antigos. Essas histórias passaram a ter um sentido simbólico, pois lembrá-las neste contexto tem significado político, é argumento que embasa os discursos das lideranças quilombolas e justificam as instituições forjadas no processo de articulação. Portanto, ser quilombola nesse contexto, constitui-se na possibilidade de acesso aos bens sociais, dentre eles, o direito à terra.

Segundo Silva,

A afirmação da identidade e a enumeração da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença

estão, pois, em estreita conexão com relações de poder: o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder (SILVA, 2000, p.81).

Assim, os moradores de Bom Jardim, apoiados nas histórias dos antepassados, re-significaram o sentido de quilombo e através da identidade quilombola justificam a luta pelos “bens sociais”. Seu Raimundo Ribeiro dá sentido ao seu discurso ao afirmar:

Eu sou quilombola por duas partes, não posso negar. Meu pai foi escravo, ele, o avô e meu pai e a minha mãe lá da Saracura. O outro avô da Saracura era escravo e lá também houve a escravidão. Então meu pai e mãe se juntaram. Meu pai e minha mãe, todos os dois, filhos de escravos e aí, posso negar? Como?²⁰

A lembrança da África não aparece nítida nas narrativas. Seria incerta a “origem” dos ancestrais que teriam vindo do continente africano ou de outra parte do Brasil, mas independente disso, o que parece interessar aos moradores de Bom Jardim é sua relação com antepassados que viveram na escravidão, são as “raízes de negros”, considerado o código de identificação como explica Deusarina: “*é a questão de ter existido aqui escravos né, que foi as primeiras famílias que formaram aqui na comunidade e nós somos os filhos. E eles são as nossas raízes*”.

Nessa perspectiva, a identificação de Bom Jardim como quilombo tem sua gênese no “senhor de escravos”, “escravos”, “refúgio” e “terra de herança”. Portanto, a identificação como quilombo está vinculada a idéia de “herança”. A doação da terra efetivada pelo senhor aos seus escravos dá o estatuto de quilombo à comunidade. Essa doação foi ratificada pelas pesquisas de Funes:

Com a morte de José Francisco Ferreira, em 1876, o desejo de Maria Joaquina se concretizou e, em 1877, a partilha das terras do Bom Jardim aconteceu [...]. Toda via quase todos os cativos herdeiros já haviam falecido ficando as terras para seus herdeiros. O direito a herança, a posse da terra foi mantido (FUNES, 1997, p.23).

O “direito a herança” faz de Bom Jardim um quilombo segundo a compreensão das lideranças. Rever o passado significa antes de tudo reconhecer que, além de herdeiros, são descendentes de escravizados. Mas, o passado da escravidão foi re-significado, transformado em argumento que justifica a luta pelo direito à terra. Dessa forma, “escravos”, “senhor” e “terra de herança” constituem em elementos fundamentais nos discursos dos moradores. Ao defenderem Bom Jardim como quilombo, é expressiva nesse sentido, a fala de dona Isabel:

Eu acho que ser quilombo é viver numa comunidade onde teve um senhor de escravos, onde o pessoal trabalharam como escravo e permanece num lugar, na comunidade. Pra mim eu tenho que seja isso, né²¹.

Portanto, o processo de identificação que ocorreu em Bom Jardim foi resultado de lutas cotidianas de sujeitos sociais que marcaram suas fronteiras mediante representações simbólicas que diferenciam “eles” dos “outros”. Nessa trajetória de luta questionaram os sistemas de representação da sociedade, buscaram nas histórias passadas o sentido político para a luta e construíram instituições revestidas de poder. Assim, historicamente pode-se perceber que a luta pela liberdade ainda se faz presente no Brasil, uma liberdade tão almejada pelos escravizados em tempos anteriores e que hoje ecoa em seus descendentes no movimento quilombola.

Considerações finais

O estudo de comunidades negras da região do Baixo Amazonas possibilita dentre outras coisas um re-pensar sobre a história da Amazônia e em específico do Pará, principalmente de descendentes de escravizados.

Nesse sentido, temas atuais instigam a investigação do passado, como o movimento quilombola articulado no final do século XX em Santarém do Pará. Dessa forma, comunidades rurais como Saracura, Murumuru, Tinguu, Arapemã, Murumurutuba e Bom Jardim, emergem no cenário social trazendo temas instigantes para o debate em sociedade e nas instituições de ensino. Portanto, trazem a tona questionamentos sobre identidade, conceito este que está vinculado a idéia de quilombo, memória e poder.

No cerne das lutas cotidianas romperam com o silêncio e o preconceito quando decidiram assumir a identidade quilombola. Essa identidade forjada no movimento está embasada nos fragmentos de lembranças que interligam o passado e presente, vinculando antigos escravizados e descendentes numa luta antiga – o direito à liberdade – que na contemporaneidade é traduzida no acesso a bens essenciais e ao exercício da cidadania plena, como o direito a terra.

Nesse contexto, Bom Jardim é identificada por seus moradores como “terra de herança”. O processo de identificação dessa comunidade foi tenso, pois assumir uma nova identidade frente à sociedade exigiu coragem dos moradores, principalmente das lideranças. O conhecimento do artigo 68 da Constituição, fruto da luta do movimento negro, parece ter sido o fio condutor que inspirou o movimento quilombola em Santarém.

Ser quilombola nesse contexto tem sentido político e se constitui numa experiência vivenciada por comunidades negras que compreenderam na luta, a necessidade de criar um discurso enunciador de verdades que embasam as instituições quilombolas.

Assim, através da memória, descendentes de escravizados exercem a função de narradores para salvar do esquecimento as histórias dos antepassados e a compreensão o poder da organização negro na Amazônia, através dos quilombos.

Notas

* Escola Estadual José de Alencar em Santarém do Pará e CEULS/ULBRA – Centro Universitário Luterano de Santarém. E-mail: lauridofigueira.claudia48@gmail.com.

¹ Arapemã, Saracura, Murumuru, Bom Jardim, Murumurutuba e Tinguá foram as comunidades rurais negras que se auto-determinaram quilombolas nas décadas de 1996 e 2006.

² Informação fornecida Maria Joana Guimarães dos Santos, em Bom Jardim, em junho de 2009.

³ Id., ibid.

⁴ Informação fornecida Deusarina Guimarães dos Santos em Bom Jardim, em maio de 2009.

⁵ Informação fornecida Isabel dos Santos em Bom Jardim, em maio de 2009.

⁶ Boa Vista está localizada em Oriximiná. A comunidade recebeu o título coletivo do INCRA em 1996 com 1.125,0341 hectares.

⁷ O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias rege que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que esteja ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

⁸ Informação fornecida Raimundo Elias Sousa Vasconcelos em Santarém, em julho de 2009.

⁹ Id., ibid.

¹⁰ Informação fornecida Dileudo Guimarães dos Santos em Bom Jardim, em maio de 2009.

¹¹ Id., ibid.

¹² Id., ibid.

¹³ Id., ibid.

¹⁴ Id., ibid.

¹⁵ Id., ibid.

¹⁶ Informação cedida por Raimundo Ribeiro Santos, Bom Jardim, em junho de 2009.

¹⁷ Id., ibid.

¹⁸ Id., ibid.

¹⁹ Informação cedida por Maria Lúcia dos Santos, Bom Jardim, em setembro de 2009.

²⁰ Informação cedida por Raimundo Ribeiro Santos, Bom Jardim, em junho de 2009.

²¹ Informação fornecida Isabel dos Santos em Bom Jardim, em maio de 2009.

Fontes

Jornal Gazeta de Santarém. **Os negros**. Santarém, 25 de fevereiro de 2006.

SANTARÉM (Cidade). Coordenação do 8º Encontro Raízes Negras. Da mãe-África à mãe-Amazônia: Nossa terra, nossa gente, nossa luta: manual de orientação. Santarém, 1999.

Entrevistas

Deusarina Guimarães dos Santos. Quilombo Bom Jardim. Bom Jardim. 2009. CD (40 mim.): digital.

Dileudo Guimarães dos Santos. Quilombo Bom Jardim. Bom Jardim. 2009. CD (40 mim.): digital.

Isabel dos Santos. Quilombo Bom Jardim. Bom Jardim. 2009. CD (20 mim.): digital.

Maria Joana Guimarães dos Santos. Quilombo Bom Jardim. Bom Jardim. 2009. CD (30 mim.): digital.

Maria Lúcia dos Santos. Quilombo Bom Jardim. Bom Jardim. 2009. CD (30 mim.): digital.

Raimundo Elias Sousa Vasconcelos. Quilombo Bom Jardim. Bom Jardim. 2009. CD (40 mim.): digital.

Raimundo Ribeiro dos Santos. Quilombo Bom Jardim. Bom Jardim. 2009. CD (40 mim.): digital.

Referências

ACEVEDO, Rosa Marin e CASTRO, Edna. **No caminho de pedras de Abacatal**. Experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, Janaina. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FVG, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FUNES, Eurípedes Antonio. **“Nasci nas matas, nunca tive senhor”**. História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. 1995. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo.

_____. **Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tingu, Ituqui, Saracura, Arapemã.** Terras de afro-amazonidas – “nós já somos a reserva, somos os filhos deles”. [S.l]: [s.n], 1997?.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (século XVII E XIX).** São Paulo: UNESP, Ed. Polis, 2005.

HALL, Stuart. Quem precisa de Identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, S.P: UNICAMP, 1996.

MATTOS, Hebe. RIOS, Ana. **Memórias do cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PINTO, Júlio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História,** São Paulo, 1981.

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: EDUC, 1981.

PUREZA, Assunção. **Etnografia da educação e do ambiente dos quilombos na Amazônia.** Belém: [s.n], 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. In. **Quem precisa de Identidade?** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Recebido em: fevereiro de 2010.

Aprovado em: agosto de 2010.